

O QUE ESTÁ ERRADO NA ECONOMIA BRASILEIRA?

LUIZ CARLOS RODRIGUES CRUZ "PUSCAS"* & SAMUEL COSTA FILHO**

"A racionalidade econômica ostentada por certos economistas e a parafernália que eles manejam costumam transcender à compreensão dos simples mortais e se impõem como imperativo a toda a sociedade. Alguns economistas assumem descaradamente o papel de testa-de-ferro das elites, quando eles próprios não acabam se transformando em granduques das finanças. Entretanto, nem todos se deixam seduzir pelos encantos do poder e da fortuna. Muitos insistem em se manter críticos, teimam em cultivar princípios éticos e a olhar além do seu próprio bolso."

(Guido Mantega, 1999:10).

O Brasil, que a partir dos anos 30 instalou as bases de uma economia urbano-industrial, chegou ao final dos anos 70 com a economia comandada pelo setor industrial. As idéias da Cepal influenciaram diretamente ou indiretamente nesse comportamento. O Estado desenvolvimentista foi o grande responsável pelo desempenho favorável da economia. No curto espaço de tempo - 1930/1980 - o Brasil passou de um país primário-exportador dependente de um só produto (café), para constituição de uma economia que chegou a ser a oitava do planeta.

Durante os anos do milagre brasileiro, 1967/1973, o crescimento médio do PIB atingiu a taxa de 11,2%, enquanto no período de 1974/1979 a média foi de 7%. A crise que assolou a economia brasileira a partir dos anos 80 e suas conseqüências para o Estado, relegou ao segundo plano as políticas de longo prazo. O desenvolvimento econômico deixou de ser prioridade, passando as autoridades econômicas a direcionar a política e dinâmica da economia nacional para o pagamento da dívida externa. Essa medida agravou a situação financeira do Estado, elevando o déficit público e provocando a aceleração do processo inflacionário. Por isso, a política econômica da segunda metade dos anos 80 e durante a década dos 90 objetivou somente combater a inflação.

O novo cenário internacional dos anos 90 - Globalização, Reestruturação Produtiva, Supremacia Liberal - impregnou a sociedade brasileira e provocou uma inserção subordinada da nossa economia ao contexto internacional. Nos últimos anos assistimos a uma política de privatização (altamente questionável), desregulamentação da economia (limitada ao mercado de trabalho) e

abertura comercial (que agravou a instabilidade da nossa economia). A preocupação dos anos 90 foi exclusivamente a estabilização dos preços. O desenvolvimento nacional ficou subordinado apenas as leis de mercado e/ou a pequenas ações dos governos estaduais e municipais tipo "Guerra Fiscal".

A política econômica de hoje em dia se volta prioritariamente para o gerenciamento dos fundamentais. Esses fundamentais são:

"1) uma taxa de inflação baixa (equivalente à de seus parceiros comerciais) e previsível; 2) uma taxa de juros real adequada; 3) uma política fiscal estável e sustentável, com um sistema tributário que não produz distorções; 4) uma taxa de câmbio real competitiva e previsível e 5) uma balança de conta corrente viável". (Delfin Neto, 1997)

Quando se estuda a evolução da economia brasileira nos últimos 50 anos percebemos que a formação e consolidação da industrialização não somente criou, mas sobretudo agravou as dificuldades da formação social brasileira herdada do passado. O nosso desenvolvimento foi prioritariamente elitista e concentrador, relegando os gastos sociais, a reforma agrária e tudo que diz respeito à melhoria do bem-estar da maioria da população para o segundo plano. Não foi sem fundamento e frente a um crescimento acelerado, que durante a ditadura militar o então presidente da república declarou perplexo à nação: "O Brasil vai bem, mas o povo vai mal".

Ao longo desses anos, os gestores da nossa política econômica sempre estiveram preocupados com indicadores econômicos tais como taxa de crescimento, dívida externa, taxa de juros, taxa de inflação, taxa de câmbio, etc. Hoje em dia, a preocupação é o combate a inflação, liberalização, desregulamentação da

economia e reforma do Estado, seguindo as normas e determinações do mercado financeiro nacional e internacional e em obediência as políticas ortodoxas do FMI. Na inserção no processo de globalização, não procuramos manter o mínimo de autonomia e liberdade no direcionamento do nosso desenvolvimento. A retórica dos países desenvolvidos ganhou grande força e espaço no Brasil, a tal ponto, que a imprensa bombardeou a população com um discurso ideológico da abertura comercial, privatização e redução do papel do Estado, como única solução para as nossas mazelas econômicas e sociais. Dessa forma, presenciemos um fundamentalismo liberal, ou seja, uma crença quase religiosa na abertura econômica e na inevitabilidade do mercado, como única forma de alcançar o paraíso econômico. O atual predomínio da ideologia do mercado chega a ser assustador para as pessoas que ainda dispõem de algum senso crítico (Pennaforte, 1998).

A atual fase do capitalismo segue uma lógica do dinheiro fácil, ganho através do mercado financeiro. O capital que, anteriormente, gerava empregos na construção, implantação e/ou expansão das empresas parece estar sendo utilizado basicamente na esfera improdutiva. Desse modo, estamos agravando um sistema que visa somente obter lucro. E o que é pior, não mais o lucro empresarial produtivo, mas o lucro financeiro.

Constituímos uma sociedade que não está interessada em saber que muito dos produtos colocados no mercado são nocivos ao meio ambiente, prejudicial à saúde individual e até inúteis. Esses produtos embora inúteis são resultados sobretudo da "propaganda" e "marketing", que procuram

estimular seu consumo com publicidade e propaganda enganosa.

Nossa sociedade apresenta, hoje, um quadro de queda da produção nacional, uma quantidade elevada de trabalhadores perdendo seus empregos, elevação dos índices de crimes, de pobreza, com as pessoas sendo totalmente abandonadas. Não é sem razão que cresce o número de pessoas que vivem nas ruas, famintas, mal vestidas e sem moradia decente. E não nos esqueçamos do crescimento da desnutrição, das doenças físicas e mentais.

Aliado a todo esses fatos, encontramos ainda o aumento dos rompimentos familiares e divórcios, assaltos, gangues, tráfico de drogas, etc. nas escolas, bairros e subúrbios da periferia completando um quadro que configura em uma verdadeira guerra civil. Todavia, como afirmam Canuto & Mathieu (1999), "no noticiário econômico brasileiro, a miséria, a pobreza e a distribuição de rendas são assuntos visitados apenas de vez em quando, desaparecendo sem vestígio na maior parte do tempo".

Por outro lado, presenciamos um consumismo excessivo, esbanjamento e ostentação dos novos ricos e abastados, numa verdadeira afronta a questão da justiça social. O problema da distribuição de renda, vital não somente para a questão da economia mas também no que diz respeito à solidariedade social chegou a níveis tão elevados que os principais organismos internacionais têm feito críticas abertas ao Brasil.

Todavia, lá fora, ao contrário, muita gente trata a pobreza e a distribuição de renda como questões economicamente sérias e não apenas enquanto problemas de ordem ética, moral, humanitária (Canuto & Mathieu, 1999). Como no período da libertação dos escravos em que foi necessárias a intervenção e pressão direta da principal potência estrangeira (Inglaterra), estamos esperando por que e por quem para viabilizar melhorias sociais? A atuação do novo império?

Nosso Capitalismo Tardio foi constituído somente na busca do conforto material, num padrão imitativo do consumo conspícuo das elites do mundo desenvolvido. Criamos uma sociedade em que impera um individualismo exacerbado, sem vínculos e amarras sociais. Os vários Brasis regionais e sociais somente não nos chocam quando são impedidas de mostrar suas ver-

dadeiras faces para nação. Fazemos hipocritamente de conta que não existem estas questões sociais e regionais. O problema da fome, miséria material e moral das massas são coisas da África e demais nações subdesenvolvidas, não passando pelo Brasil.

Vivemos atualmente numa sociedade individualista, consumista e competitiva em que adquirir determinados bens passou a significar, antes de tudo, uma diferenciação e realização pessoal. Os "emergentes" e os "novos ricos" apresentam um padrão de consumo de artigos de luxo (automóveis, residências luxuosas, avião, iates, etc.) de maneira a deixar explícita sua diferenciação social. Na televisão, programas de duvidosa qualidade, cantores e artistas com baixo padrão de educação, possuem elevada cotação social e passam a difundir valores de ética moral claramente duvidosos.

*"Criamos
uma
sociedade em
que impera
um
individualismo
exacerbado,
sem vínculos
e amarras
sociais".*

Os costumes e a moral desse nosso capitalismo é tal que "o mercado" é onde os mais espertos ganham dos menos espertos. Porém, essa visão economicista e liberal predominate não pode ser mais importante que as questões sociais que nos afligem. Em nome da globalização, do progresso tecnológico e científico, das maravilhas da engenhosidade contemporâneas não podemos esperar e/ou ficar aguardando a realização de promessas de um futuro melhor que nunca chega.

Como já salientava há muito tempo Michal Kalecki, o mero crescimento não resolve o problema da pobreza e da desigualdade. Urge a necessidade de aplicação de instrumentos e de políticas específicas diferentes das apregoadas pela ortodoxia. As propostas do

modelo liberal para o combate das questões sociais via desenvolvimento são insuficientes (principalmente no Brasil). Ocorre que essas reformas necessárias sofrem patrulhamento das elites e "a superação de todos os obstáculos... significa mais do que a revolta criada no século XVIII pela Revolução Francesa". (Kalecki, 1977:139)

O exemplo dos países nórdicos, Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia, de reduzida concentração de riqueza deveriam nos servir como exemplo. Como afirma o prof. Otaviano Canuto (2000): "Particularmente desde que se iniciou a era do aço e da eletricidade e, com intensidade ainda maior, na era da produção industrial em massa do século XX, a distribuição de riqueza e de renda dos países nórdicos evidenciou-se fundamental. A inclusão social, o retorno econômico associado ao esforço educacional pessoal, bem como a ausência de rendas garantidas para velhas elites, foram favoráveis à ascensão tecnológica e produtiva naqueles países. Não simplesmente pelo lado de escalas dos mercados domésticos mas, conforme mostram muitos estudos recentes, por um chamado processo de aprendizado tecnológico coletivo, incremental e progressivo, o qual supôs uma combinação de educação formal dos trabalhadores e pequenas distâncias na hierarquia social".

A estratégia de "desenvolvimento liberal", nos Estados Unidos de Ronald Reagan e no Reino Unido de Margaret Thatcher, concentrou a renda. No Brasil dos anos 90, além de agravar todas as questões sociais, aprofundou o desequilíbrio estrutural do setor externo. O Brasil precisa crescer 6% ao ano, nos próximos 15 anos, se quiser diminuir pela metade o número de indigentes no país (segundo o economista-chefe para o Brasil do Banco Mundial, Joachim von Amsberg). Ocorre que hoje, a economia brasileira encontra-se presa na linha de política econômica "stop and go" em decorrência desse desequilíbrio externo. Como afirmou ao Jornal Folha de São Paulo (10/10/00:A6) o economista Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central, o país não pode crescer mais do 4% ao ano. Acima disso as importações aumentariam tanto que o país não poderia pagar compromissos externos.

Assim, crescer a uma taxa média de 6% ao ano é uma meta ambiciosa. Nos últimos vinte anos, a taxa média

“Devemos urgentemente seguir uma linha de solidariedade, que se oponha ao individualismo e a competição exacerbada, e começar a pensar, tratar e cuidar dos grandes problemas sociais que atualmente afligem a sociedade brasileira”.

de expansão da economia foi de apenas 2,3%. No período 1980/1989, chamado de “Década Perdida”, o Brasil cresceu a uma taxa média anual de 2,7%. No período 1990 a 1999, com a implementação das políticas liberais, a taxa média anual foi ainda pior. Fechamos a década com queda absoluta do PIB em relação a anterior. Agravamos o problema do desemprego, da violência, da marginalidade e da concentração de renda, dentre outros.

Desse modo, esperar pelo desenvolvimento brasileiro para fazermos reformas sociais e estruturais profunda é acenar com blefe e utopia para os milhões de miseráveis e/ou despossuídos. Devemos urgentemente seguir uma linha de solidariedade, que se oponha ao individualismo e a competição exacerbada, e começar a pensar, tratar e cuidar dos grandes problemas sociais que atualmente afligem a sociedade brasileira.

Afinal, depois de alinhavarmos a dura realidade social no Brasil e, por outro lado, a preocupação economicista, do individualismo, do elitismo e consumismo propagado pelas autoridades econômicas de plantão e ideologicamente absorvidas por parcelas da nossa sociedade, surge a pergunta: o que está mesmo errado na economia brasileira? ●

* LUIZ CARLOS RODRIGUES CRUZ “PUSCAS” é professor de Economia DECON/UFPI. Especialista em Economia Rural.

** SAMUEL COSTA FILHO é professor de Economia DECON/UFPI. Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP

O Comércio Exterior e o Protecionismo de Mercado

FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA*

1. INTRODUÇÃO

A comunidade de nações vive a expectativa do incremento da economia internacional cada vez mais globalizada, mercê do reconhecimento da predominância dos princípios da interdependência e complementaridade nas relações econômicas internacionais.

O capital atinge altos níveis de internacionalização, conduzindo e modificando conceitos e preceitos do Direito Internacional. Por conseguinte, os interesses e as conveniências entre os países pulverizaram o nacionalismo exacerbado, os interesses individuais, as conveniências isoladas, marginalizando definitivamente a auto-suficiência, nas relações internacionais.

Em assim sendo, diante deste cenário internacional, a previsibilidade será a de um comércio internacional livre, sem barreiras alfandegárias, sem a introdução de políticas comerciais protecionistas que impeçam a livre circulação de mercadorias e serviços.

Entretanto, tal fato não ocorre sistematicamente na Economia Internacional, que continua tão fechada quanto no período da chamada Guerra Fria, decorrente do pós - Segunda Guerra Mundial, com o surgimento das superpotências nas Relações Internacionais.

2. A POLÍTICA COMERCIAL

A política que rege as relações econômicas e comerciais entre as nações é a comercial. Pode-se afirmar que a existência de 200 (duzentas) nações soberanas e independentes, nas relações internacionais, possibilita o aparecimento de igual número de Políticas Comerciais, gerando imensas dificuldades à livre-circulação de mercadorias e serviços.

É correto afirmar que o Comércio Exterior não é livre. Que as Políticas Comerciais representam os interesses e as conveniências das nações. Que o equacionamento

de Políticas Comerciais regionais representa o grande desafio dos processos de integração econômica atualmente em andamento. Que mesmo a Comunidade Econômica Européia, rica e industrializada, geradora de produtos de alta tecnologia, portanto, extremamente competitivos no Comércio Exterior, não prescinde das Políticas Comerciais para proteger o mercado regional, mesmo prejudicando nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento, que necessitam exportar produtos primários ou in natura, para financiar a formação de poupanças nacionais. Que os Estados Unidos da América, individualmente a nação mais rica e industrializada do planeta, com o Produto Interno Bruto de 1999 superior a 06 (seis) trilhões de dólares, não marginaliza a política comercial nas trocas internacionais. São notórios os desentendimentos, por exemplo, entre os EUA e o Brasil quanto à entrada de produtos como o aço, o calçado e o suco de laranja no mercado americano. São notórias as tarifas cobradas pelo setor aduaneiro americano em face do ingresso de produtos brasileiros, tendo em vista a correção de preços - Preço Real e Preço de Mercado.

Assim, é plausível afirmar que os empecilhos ao crescimento e desenvolvimento do Comércio Internacional é uma resultante do extraordinário crescimento das trocas internacionais, consequência dos efeitos benéficos da Revolução Industrial nos meios de produção. A produção deixou de ser pautada apenas nas necessidades da economia doméstica, e passou a ser determinada pelos interesses e conveniências de sociedades externas.

Com o crescimento do Comércio Exterior cresceu também, na mesma proporção, as ambições, os interesses, as vontades e as rivalidades entre as nações, em razão da aplicação da geometria na acumulação de Capital, e